

## **Do silêncio à palavra: histórias e memórias de mulheres na perspectiva de gênero no meio rural do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**

**Losandro Antonio Tedeschi**

Universidade Federal da Grande Dourados, 2014

### **Introdução**

Na condição de pesquisador e assessor de educação da Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí – RS (ASTRI), participei da coordenação do projeto “*Educação para os Direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais*”, que se desenvolveu de setembro de 1997 a outubro de 2000. O Projeto, voltado para a área de gênero e direitos reprodutivos em comunidades do meio rural de três municípios do interior da região noroeste, no Rio Grande do Sul, selecionou como público-alvo oito grupos de mulheres trabalhadoras rurais, com o objetivo de qualificar e capacitar estes grupos na perspectiva das relações de gênero, identificando os mecanismos que reforçam a exclusão destas mulheres do espaço público.

Ainda que tenha utilizado fontes diversas, a experiência de conviver com essas mulheres rurais e entrevistá-las em suas comunidades me afetou profundamente. Construimos um processo com 229 trabalhadoras rurais, distribuídas em 8 grupos em três municípios: Catuípe, Ijuí e Augusto Pestana, situados na região noroeste do Rio Grande do Sul. Dessas, 164 eram casadas, mães de família, sendo 9 viúvas e 56 solteiras. Apesar de ter optado por citar testemunhos consignando somente as iniciais das entrevistadas, quero agradecer a todas essas mulheres que me permitiram usar suas vozes e seus nomes, envolvendo-as diretamente nesta pesquisa, pois construimos coletivamente uma nova visão sobre sua história, no meio rural.

Graças à colaboração dessas mulheres que frequentavam os encontros, que participaram com os seus depoimentos, foi possível construir esta obra que nomeei: *Do silêncio à palavra – história de mulheres, memórias e perspectivas em gênero no meio rural do noroeste do Rio Grande do Sul*. Ao dar um ponto final neste trabalho envolvente e apaixonante, meu reconhecimento a todas essas mulheres cujos nomes e respectivas comunidades a que pertencem se encontram no anexo de número um.

A pesquisa contou com o suporte financeiro da Fundação Macarthur<sup>1</sup>, cuja proposta visava à capacitação política de mulheres trabalhadoras rurais, enfocando uma dimensão da realidade rural pouco estudada pelos pesquisadores sociais, a de

---

<sup>1</sup> The John D. and Catherine T. Macarthur Foundation é uma organização privada sem fins lucrativos, com sede em Chicago - EUA, fundada em 1987, e tem como missão o apoio a grupos e indivíduos para promover melhoras na condição humana. Através de bolsas de estudos, a Fundação apoia projetos de pesquisa-ação nas áreas da população feminina no Brasil, Nigéria, México, Rússia, Índia e Estados Unidos da América.

compreender a presença da mulher agricultora nos diferentes espaços da produção, a partir da perspectiva das relações sociais de gênero. Especificamente, visa a identificar, no contexto social, as variáveis e os fatores que geram a exclusão/ausência das agricultoras de grande parte das decisões relacionadas às atividades econômicas, realizadas no meio rural, particularmente na ASTRI.

A colaboração das entidades envolvidas neste processo, tais como sindicatos de trabalhadoras rurais, movimento de mulheres, grupo de educadores que construímos para desenvolver as oficinas, das famílias de agricultores que fizeram parte da pesquisa, constitui-se num fator de inquestionável importância para a compreensão de todo um trabalho desenvolvido nas famílias da região noroeste do Rio Grande do Sul, principalmente com as mulheres trabalhadoras rurais.

O projeto que coordenei<sup>2</sup>, apoiado pela Fundação Macarthur e a ASTRI, busca, fundamentalmente, contribuir para o aumento da participação das mulheres nos sindicatos, particularmente no processo de gestão e nas instâncias decisórias do noroeste sul-rio-grandense. Além disso, concorre para:

- a) a ampliação do exercício de cidadania das agricultoras que participam dessas entidades;
- b) a consolidação dos espaços de democratização interna da associação e de seus sindicatos filiados;
- c) a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo que integre a questão de gênero ao conjunto de seus elementos constitutivos.

Em torno dessa preocupação central, desenvolvo uma análise acerca de diversas problemáticas, tais como os papéis sociais desempenhados por mulheres e homens na execução e gestão das atividades na unidade de produção familiar e na associação; os problemas centrais enfrentados pelas agricultoras, para que possam participar, mais ativamente, das decisões relacionadas à produção e criar novos espaços de empoderamento<sup>3</sup>; a permanência (e as possibilidades de ruptura) das atuais identidades de gênero construídas socialmente para a agricultura familiar da região noroeste do Rio Grande do Sul. Ao optar pelo grupo doméstico – mulheres – como base de análise para um olhar mais atento ao seu interior, alimento-me de um quadro teórico que apresenta uma vasta produção bibliográfica, que se insere na questão do gênero, nas relações do público e do privado, do feminismo na história, na exclusão das mulheres das instâncias de decisões políticas no movimento sindical. São alvos de estudo nesta pesquisa alguns autores que

---

<sup>2</sup> Saliento que essa pesquisa resultou nesse trabalho de dissertação. Por este motivo é que tomo a liberdade de usar o tempo verbal em 1ª pessoa do singular na argumentação, referindo-me à equipe nos momentos que se fazem necessários. Esta equipe foi formada por enfermeiras, bolsistas da universidade e uma psicóloga, que me auxiliaram no desenvolvimento das oficinas com os grupos de mulheres rurais.

<sup>3</sup> Conceito derivado nos anos 90 acerca de uma nova teoria feminista, que propõe a busca da construção de poder através da conquista dos espaços políticos, familiares, culturais, sociais e econômicos em que a mulher atua. Na atualidade, essa teoria está muito presente nas publicações da REPEM (Rede de Educação Popular para Mulheres na América Latina) filiada ao CEAAL (Conselho de Educação de Adultos na América Latina).

discorrem sobre as temáticas citadas, como Michel Foucault, Michelle Perrot, Pierre Bourdieu, Georges Duby, Joan Scott, entre outros.

A pesquisa pretendeu abrir e ampliar espaços políticos, dando maior destaque à presença/ausência das mulheres agricultoras da região, conscientizando-as dos seus papéis e elevando sua autoestima. O incentivo à sua participação nas decisões em diferentes esferas da vida objetivava ampliar e entender os espaços de democratização do poder no seio das entidades, e colaborar para a afirmação da cidadania política dessas mulheres trabalhadoras bem como para o seu fortalecimento como sujeitos sociais, subsidiando as ações políticas das organizações locais. Na perspectiva de gênero, visava a contribuir, essencialmente, para o debate acerca do lugar das novas relações sociais de gênero no processo de construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, baseado no fortalecimento da agricultura familiar.

Ao falar em agricultura familiar, refiro-me, mesmo que implicitamente, a uma das categorias que uso neste trabalho, a temática de gênero. Na medida em que esta forma específica de organização social possui como uma de suas características fundamentais um tipo de organização do trabalho familiar em que se considera a existência de uma divisão de responsabilidades, por sexo e por idade, no interior da unidade de produção discutir os diferentes papéis exercidos é fundamental. Ou seja, qualquer análise sobre a realidade dos agricultores familiares deve partir da consideração de que esta forma de organização da vida social incorpora, numa mesma unidade de produção e de consumo, o trabalho de mulheres e de homens de diferentes faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos).

Estudos sobre a presença das mulheres nos processos produtivos agrícolas já foram realizados por outros pesquisadores<sup>4</sup>. Entretanto, as análises históricas a partir de uma perspectiva de gênero são relativamente recentes na historiografia deste tema. As novas teorias que hoje alimentam a luta das mulheres por igualdade de direitos estão alicerçadas nos estudos sobre a equidade de gênero.

Este tema emergiu de um interesse pessoal que me desafia como educador e pesquisador. Enquanto descendente de imigrantes e filho de agricultores, me dispus a construir mecanismos de participação das mulheres nas decisões relacionadas aos processos produtivos, com a finalidade de revigorar e consolidar a associação e os sindicatos como espaços de construção da cidadania política. O que move este estudo não é simplesmente uma intenção de fortalecer a participação das mulheres, mas, de modo especial, o interesse em criar condições para um efetivo processo de empoderamento político das agricultoras na associação e nas demais organizações das quais participam.

Assim, tomando por base importantes questionamentos feitos por esses atores sociais – mulheres agricultoras –, elaborei uma proposta de trabalho para

---

<sup>4</sup> Consultar, dentre outros: FISCHER e MELO. *O trabalho Feminino: efeitos da modernização agrícola*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Massangana, 1996, 192p; SUÁREZ e LIBARDINI. *Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero*. Brasília: IICA; 1998; BRUMER, Anita. *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: UFSM, 1996.

aprofundar questões consideradas básicas para a atuação político-organizativa dessas organizações e das mulheres agricultoras, em particular. Resumidamente, as preocupações que orientam a elaboração deste estudo podem ser expressas nas seguintes questões que surgiram no dia a dia do meu trabalho de assessoria junto às famílias de agricultores (as):

- Qual a participação de mulheres e de homens, moças e rapazes, na definição, execução e avaliação das linhas de trabalho da associação e de sindicatos?
- Que papéis desempenham mulheres e homens na proposição, gestão e implementação das atividades na unidade de produção familiar, nas associações e sindicatos?
- Qual a importância da participação de mulheres e homens agricultores nos processos decisórios no interior da família?
- As opiniões das agricultoras (sua forma específica de ver o mundo) estão sendo levadas em consideração quando se tomam as decisões na unidade de produção ou na associação?
- Que justificativas mulheres e homens elaboram para explicar a ausência das mulheres nos espaços decisórios sobre a produção? Como, especificamente, as mulheres agricultoras reagem às situações de exclusão e de desigualdade social?
- Que propostas podem ser discutidas para reverter o quadro do baixo grau de envolvimento das mulheres agricultoras nas decisões? Como avançar no sentido de uma democratização do poder no interior das famílias e das associações, a partir do ponto de vista da equidade das relações sociais de gênero?

Esses questionamentos/problemas constituem os verdadeiros alicerces que balizam a elaboração e a execução da presente pesquisa. Para responder a essas questões cruciais e implementar políticas de estímulo à participação social que sejam adequadas sob uma perspectiva de gênero, ao longo da pesquisa foi desenvolvido um conjunto diversificado de atividades. Todas essas ações partiram da premissa metodológica de buscar a afirmação das mulheres participantes como sujeitos privilegiados desse processo.

A minha análise é feita a partir do princípio de que a família rural – aqui concebida como grupo de pessoas que se caracteriza por laços de parentesco e residência em comum – é o núcleo de desenvolvimento da agricultura familiar e o espaço onde se manifestam e se reproduzem as relações sociais entre homens e mulheres. No âmbito das famílias entrevistadas, são priorizados os elementos que caracterizam o processo produtivo, as tarefas executadas por homens e mulheres, a visão de ambos sobre a estrutura sindical, o movimento em que estão inseridos e as visões acerca da divisão do trabalho na família.

A partir dessas entrevistas, analiso, nos grupos delimitados nas comunidades do interior, como se estabelecem as relações sociais entre homens e mulheres na organização do trabalho dessa produção familiar, bem como indico as articulações para o planejamento e a execução das tarefas que lhes são atribuídas e as demandas, seguindo as variáveis sexo, idade, posição que ocupa na família, nos espaços da produção, da participação política na comunidade e no sindicato.

Nesses três anos de pesquisa, semanalmente a equipe e eu nos reuníamos com determinados grupos de mulheres para construir nosso processo de conhecimento acerca das suas histórias, do seu cotidiano familiar, comunitário e sindical. Este contato facilitou o trabalho tanto no que diz respeito à aplicação das entrevistas quanto à gravação dos relatos orais e, evidentemente, à possibilidade de observação *in loco* do objeto de estudo.

Neste trabalho, foram mobilizados três conjuntos de informações: a) as obtidas através de estudos que caracterizassem a participação da mulher nos movimentos sociais, na história do sindicalismo brasileiro; b) as que resultaram do desenvolvimento sistemático de oficinas de capacitação, buscando uma qualificação político-pedagógica de mulheres rurais, e as que obtínhamos com a pesquisa de campo, com a aplicação de entrevistas e questionários e visitas às famílias dos colonos, quando do levantamento da realidade das relações de gênero na produção e no cotidiano familiar.

Selecionando, na discussão com os grupos de mulheres em suas comunidades, temas que despertassem sua participação na estrutura sindical, vieram à tona indicadores que apontavam diferenças entre as atividades que realizavam e as dos homens na produção, assim como diferenças entre a participação de homens e de mulheres em relação à família ou com agentes externos à propriedade. Foram flagrantes os papéis diferenciados e a valorização desigual nas relações de gênero. Era necessário, porém, aprofundar a compreensão dessa realidade, daí a pesquisa como fonte reveladora desses dados da desigualdade dos papéis da mulher na produção e nos movimentos sociais.

Assim, esta abordagem não deve ser vista apenas como mais uma pesquisa sobre as mulheres agricultoras no sul do Brasil. Busquei não apenas historiar e identificar o lugar econômico ocupado pelas agricultoras no processo produtivo e reprodutivo das unidades familiares e/ou nas estruturas das associações e sindicatos do noroeste sul-rio-grandense, mas conscientizá-las dos seus direitos à participação num processo que poderíamos chamar de empoderamento.

Os resultados e os problemas levantados buscam fornecer elementos para a análise dos diferentes mecanismos que restringem e desqualificam a participação das mulheres agricultoras no processo de gestão e de decisão da associação e dos sindicatos, contribuindo para a transposição dos obstáculos impostos à sua plena participação nessas entidades. Apresenta, de um lado, avaliações críticas sobre a realidade das relações de gênero no seio do sindicalismo e, de outro, subsidia a elaboração de uma proposta de reestruturação das atividades desenvolvidas por outras entidades. De forma indireta, a metodologia aplicada e os resultados finais desta pesquisa poderão ainda influenciar a atuação das organizações de mulheres trabalhadoras rurais e do sindicalismo rural no sul do Brasil, no que diz respeito às ações e políticas relacionadas não só com a organização da produção dos agricultores familiares, mas também aquelas referentes à sua organização social e política.

Assim, a partir do aprofundamento das técnicas e da metodologia das oficinas de capacitação, bem como da história oral que recuperou, através das vozes, as histórias de vida, foi-me possível perceber a caminhada de cada uma dessas

mulheres na sua comunidade, no seu grupo. Desvendar os empecilhos que dificultam a participação efetiva na ASTRI, nos sindicatos, é o que busquei. Conhecendo a história do grupo, desvendo a identidade do coletivo. A opção por trabalhar com mulheres se deve, fundamentalmente, ao fato de se tratar do elemento que, de forma mais elaborada, "guarda" e oferece às filhas e aos filhos a história da família, a história de sua trajetória de vida. Esta pesquisa foi realizada buscando atender a um segmento de mulheres, as rurais, levando-as a desenvolverem uma conscientização do seu papel, mostrando-lhes que suas histórias são tão intensas como as dos homens, além de distintas, ao considerar e compartilhar da opinião de que esta é a grande:

(...) diferença entre a relação dos homens e das mulheres com o seu passado: homens mudos, que se esqueceram de quase tudo e que não têm ligação com a vida do trabalho; mulheres faladoras, a quem basta apenas deixar vir a onda de lembranças, (...): o homem habituou-se demais a impor silêncio às mulheres, ao rebaixar suas conversas ao nível da tagarelice (...) (PERROT, 1998, p. 20).

Cada sujeito constrói o seu simbólico e é nessa construção que o movimento e os grupos se tornam únicos enquanto possibilidade de transgredir a ordem e a moral estabelecidas. Nesse sentido, a dissertação historia o acompanhamento do processo de capacitação desses grupos, o qual possibilitou a manifestação das mulheres e, mais do que isso, que essas "esquecidas" pela história oficial, pelas políticas públicas e pelos poderes institucionalizados no sindicalismo se constituíssem em cidadãs.

Os recursos teóricos de que fiz uso nesta pesquisa, estendendo à equipe, estão presentes no vivido e na memória, e a memória se faz no cotidiano dessas mulheres. Assim se guarda a história. Essa vivência vai transformando desejos em realidade, às vezes distante. As mulheres, cujas histórias aparecem nesta pesquisa, estão construindo alternativas para transformar seus desejos em história.

Para resguardar a integridade, as falas das depoentes foram transcritas de forma original, mantendo-se as incorreções gramaticais, próprias do falar coloquial da região. Nas que registramos, aparecem "esquecimentos" e "silêncios não revelados" (MONTENEGRO, 1993, p. 12), porque é próprio da história oral ser capaz de proporcionar reflexão enquanto fala - "no repetir da fala, fala de novo" - na insistência dos argumentos, no mostrar caminhos alternativos, no promover novas opções. A subjetividade é um processo dinâmico, dialético, no qual o depoimento oral constitui um documento histórico importante.

A história oral abre possibilidades para o pesquisador perceber elementos que pareciam encobertos. Esses "silêncios não revelados" a que se refere Montenegro (1993, p. 12), os esquecimentos, que ao mesmo tempo se presentificam em "falhas", "brancos" na história que é contada, podem aparecer dessa forma por um desejo: o de esquecer porque se quer esquecer ou porque, conjunturalmente, o elemento não pode ficar visível. Apresenta-se como um "não sabe", "não lembra", porém significando que sabe e lembra.

A validade da história oral ainda sofre restrições da parte de vários pesquisadores. Existem divergências sobre as formas como as informações resultantes são utilizadas e, principalmente, sobre a maneira pela qual se chega até a informação. Na perspectiva desta pesquisa, a história oral é entendida como um "canal de acesso que permite o registro de hábitos, modos de vida e impressões diretas que, dependendo do grupo e do período que se tem como objeto de estudo, não encontram equivalente em outras formas disponíveis" (PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL, 1981, p. 14).

Ouvir contar uma história de vida, depoimentos sobre os problemas familiares, é uma atividade que possibilita ao pesquisador abrir a história oficial à cidadã e ao cidadão que vivem, refletem, contam e recontam o que parece definitivo, porque já está escrito. Quando conta, quem conta se sente vivo, ativo, ator, participante. E isso justamente é o que os depoimentos revelam. O método de história de vida valoriza contatos informais, baseados na identificação e na empatia entre o pesquisador e o pesquisado... A história de vida insere o ator, pelo processo sincrônico, na rede de relações sociais que o localiza dentro do grupo (Idem, 1981, p. 20).

Quando alguém conta uma história, conta a vida, porque lembra, relembra e, nesse processo, refaz o universo que está em torno do acontecido. No ato de contar, elementos vão sendo incorporados e reelaborados, redimensionados. Cada vez que se conta, não se aumenta um ponto, mas se pontua o elemento mais importante. Isso, no entanto, depende da posição de quem fala e também para quem se fala. Assim, talvez seja possível dizer que nem tudo, para todos, é sempre contato. As mulheres com as quais trabalhei falam, muitas vezes, reafirmando, "é isso mesmo", porque a relação com elas estabelecida foi de confiança. Sempre foi dito a elas: "Você é objeto desta pesquisa e desse processo".

A relação entre o pesquisador e o pesquisado foi uma das preocupações destacadas neste processo. A respeito, Martins (1997, p. 115) afirma que a relação do pesquisador com o entrevistado é um jogo, e que este é uma vítima do "seu jogo de palavras, de suas intenções ocultas, de questões não reveladas". Mas esta pesquisa não se fez assim. A relação entre pesquisado e pesquisador na pesquisa foi aberta e, dessa forma, obtive uma conversa consentida, permitida. O processo de aproximação proporcionado pelos encontros mensais nas comunidades com o mesmo grupo, durante três anos, foi muito importante. Nunca ficaram encobertas as diferenças, nem ficou escondido o que se pretendia com o trabalho, e as conversas informais se mesclaram com as entrevistas. Fomos cúmplices.

Foi preciso romper com a desconfiança, com o medo, destruir a parede que tem mantido separada a história real da história oficial. São, de um lado, fontes confiáveis que se contrapõem. As verdades e as mentiras da oficialidade conveniente podem ser denunciadas pela história contada, no mover-se dos cotidianos. Nunca é demais reafirmar que a história não é circular e nem linear. A história é um envolver de incertezas, pois é obra de seres humanos vivos em ação, em movimento, produto da dialética de relações que se estabelecem ao agir e se mover (GRZYBOWSKI, 1994, p. 287).

A história ampliou as suas perspectivas de métodos e pesquisa. Trabalhar com o cotidiano, revolver os “esquecimentos”, amplia o que tradicionalmente se fazia e se pensava de pesquisa neste campo. Mas ainda existem divergências. Romper com o tradicional, com o concebido, não é nada fácil. O debate entre historiadores continua ativo e coloca frente a frente múltiplas concepções.

Talvez esse ou novos rumos sejam também resultados da busca por respostas não encontradas dentro dos limites impostos às pesquisas essencialmente quantitativas e que acabam determinando respostas sem deixar perceber o que verdadeiramente significam ações e atitudes. Outras perspectivas têm sido impostas há muito tempo, tanto na pesquisa quanto na história. Por isso também a opção histórica pela temática mulheres, para romper com o que diz Perrot:

O ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas – as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da história. (PERROT, 1992, p. 185).

Em outros tempos, mas igualmente em nossa época, em muitos lugares, conta-se a história para alguém, para que outro lembre e constitua, por essa prática, a história do grupo. Reis decidiam quem deveria ouvir guerreiros, lutadores, viajantes, selecionando informações e as reproduzindo, adaptadas ao momento que se vivia. Perpetuava-se assim a história do povo vencedor e que deveria sempre seguir as regras estabelecidas pelos deuses.

A história oral, conforme pude constatar nesta pesquisa, é uma excelente forma de fazer brotar as histórias de vida; talvez seja a melhor forma de trazer a público muitas histórias que permanecem escondidas na memória individual, mas que foram produzidas coletivamente.

Quando foram organizados os grupos, localizados em três municípios: Ijuí, Catuípe e Augusto Pestana, foi também necessário construir dados das famílias e principalmente das mulheres envolvidas no processo. A pesquisa revelou o perfil dos grupos envolvidos. Como se trata de um processo de capacitação em gênero e saúde, conseguimos identificar em que locais, em que espaços da vida cotidiana da mulher da roça e sindical era manifesta a questão de gênero.

Por muitos anos acreditou-se que eram as diferenças biológicas que explicavam as desigualdades entre homens e mulheres. O conceito de gênero que adotamos como referencial teórico, no entanto, expressa um outro entendimento: as diferenças são socialmente construídas. Isso significa que homens e mulheres são “moldados” pela sociedade, e o ser homem e o ser mulher correspondem a papéis sociais estabelecidos: masculino e feminino.

Se são papéis sociais construídos historicamente e não determinados pela natureza, então podem ser modificados. Gênero é um conceito relacional: vê um em relação ao outro. Isso significa que os papéis sociais masculinos e femininos

não existem isolados – um é construído na relação com o outro. O conceito “gênero” considera ainda que na sociedade atual as relações entre homens e mulheres não são de igualdade. São relações de hierarquia e de poder dos homens sobre as mulheres (FARIA, 1998, p. 32).

Não se pode, por exemplo, entender o que é a vida no campo, na agricultura familiar, e como acontece a exclusão das mulheres trabalhadoras das decisões da esfera sindical, sem perceber as relações de gênero no seu interior. Isso é muito concreto: há uma divisão sexual do trabalho, que é incontestável. Como, então, querer entender a produção, sem visualizar, em primeiro lugar, que esta é realizada por pessoas, homens e mulheres, de diferentes idades e com diferentes anseios e formas de perceber a vida?

Da mesma forma, não é possível construir um projeto de desenvolvimento autossustentável ou superar os problemas da dinâmica sindical, ou construir a organização de base<sup>5</sup> sem levar em conta que há agricultores e agricultoras, homens e mulheres, e que existem conflitos nesta relação. Trabalhar na perspectiva da equidade de gênero não se restringe à organização de mulheres, embora elas, organizadas, tenham um papel fundamental nesse processo.

Envolver-se na perspectiva de gênero significa olhar com novos olhos. Olhos que, ao focar o que está à sua volta, passam a enxergar as pessoas (homens e mulheres) que fazem a história de uma sociedade. E nessa nova visão, ultrapassam a superação das desigualdades, dentre elas a existente entre mulheres e homens.

Diante da proposta de desenvolvimento da primeira parte deste trabalho, de demonstrar a gradativa inserção do universo feminino nos movimentos sociais, analiso e historio experiências mundiais da participação feminina em movimentos de mulheres; depois, dedico-me ao surgimento das primeiras expressões do feminino na estrutura sindical brasileira, discorrendo sobre os mecanismos que possibilitaram sua inserção nas estruturas de poder. Valendo-me desse fio condutor, analiso o aparecimento da estrutura sindical agrária no Rio Grande do Sul e os focos de participação de mulheres trabalhadoras rurais nas instâncias do sindicalismo agrário gaúcho. O objetivo dessa construção é traçar um perfil histórico do surgimento do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Rio Grande do Sul, suas características históricas e atuais, permeando-as com teorias que tratam do feminismo e das relações de gênero.

Na segunda parte, o enfoque é dirigido para a experiência de educação com mulheres trabalhadoras rurais, ligadas à ASTRI. Juntos, construímos um processo de aprendizagem e um levantamento de dados acerca da compreensão dos grupos sobre questões referentes à participação feminina na estrutura sindical e às relações de gênero. Tal experiência prende-se à necessidade de reconstituir, desconstruindo as práticas históricas de exclusão das mulheres na participação efetiva das esferas sindicais e produtivas. A concretização de tal proposta fundamenta-se num intenso trabalho de coleta dos depoimentos, aprofundamento

---

<sup>5</sup> Entendemos por organização de base as técnicas, os mecanismos utilizados pela estrutura sindical, ao organizar famílias no meio rural com vistas à defesa de interesses comuns diante do Estado, o poder público municipal, etc.

teórico, encontros com grupos de mulheres nas comunidades do interior, organização e posterior análise das fontes pesquisadas, orais e escritas.

No dizer de Peter Burke, a História Social e a História do Tempo Presente são consideradas ainda uma história marginal entre os historiadores. Não consideramos assim. Os estudos referentes às questões de gênero, à presença das mulheres na história e à vida cotidiana do feminino têm sido explorados – basta analisar a historiografia recente. No entanto, ainda sofrem críticas por parte de alguns historiadores. Diga-se de passagem, não pela temática em si, mas pelo tratamento dado a ela.

Com esta pesquisa, contribuo, de alguma forma, para alargar as discussões em torno da temática do feminino, representado pelas trabalhadoras rurais e, por que não, da própria história das mulheres que lutam pelo reconhecimento da sua importância no processo produtivo e sindical e pela igualdade nas relações de gênero.